

## REGULARIDADES LINGÜÍSTICAS NA AQUISIÇÃO DA ORTOGRAFIA

NADJA DA COSTA RIBEIRO MOREIRA  
(Universidade Federal do Ceará)

Como se desenvolve a aprendizagem da ortografia? Muitas pesquisas, tentando buscar respostas para essa questão, têm explorado as relações entre sistema fonológico e sistema gráfico, desprezando, de certo modo, outros fatores que influenciam a escolha de grafemas na escrita de palavras.

Um dos modelos mais conhecidos dentre os que pretendem explicar os processos ortográficos é o de Morton (1980), que presume a existência de duas rotas ou processos: uma lexical, em que a forma ortográfica é obtida através de uma consulta direta às palavras estocadas na memória; outra fonológica, em que a forma ortográfica é obtida através da conversão de cada um dos sons da palavra em seus correspondentes grafemas. A rota não lexical seria necessária para a escrita de palavras de grafia regular e a lexical para as irregulares.

A distinção entre palavras de grafia regular e irregular, muito frequente em estudos sobre a aquisição ortográfica no inglês, aplica-se com maior reserva ao português, língua em que as correspondências entre grafemas e fonemas são mais sistemáticas. No entanto se consideramos irregulares as palavras que apresentam assimetrias entre sons e letras, para as quais a rota usada seria a lexical, por que determinadas formas irregulares são adquiridas antes de outras?

Supomos que um dos fatores determinantes dessa aquisição seria a regularidade morfológica e do ponto de vista da morfologia esta é uma questão ainda não suficientemente explorada.

A morfologia pode ser dividida em duas amplas áreas: flexional e derivacional. A primeira diz respeito ao processo de construção de formas pela adição de afixos a um radical ou forma básica, cujo resultado é uma variante paradigmática dessa forma básica. Como exemplo, temos pelo acréscimo do morfema de número -s, ou do morfema de gênero -a, formas variantes no paradigma da palavra *menino*. Quando a forma resultante do acréscimo de afixos é uma nova palavra, não mais estamos na área da flexão, mas sim da derivação, como ocorre em jogador, palavra obtida pela adjunção do sufixo (d)or ao radical da forma verbal *jogar*.

Nesse estudo nos concentraremos em aspectos da morfologia flexional, tentando verificar como diferentes desinências ou sufixos verbais são representados graficamente pela criança. Abordaremos os sufixos flexionais -ou, formador da 3ª pessoa do singular, do pretérito perfeito, do modo indicativo de verbos da 1ª

conjugação, e o sufixo **-r**, que junto com a vogal temática, forma o infinitivo impessoal dos verbos no português.

Antes, porém, de apresentarmos os motivos que nos levaram à seleção dessas desinências, faremos uma breve incursão nos achados sobre desenvolvimento morfológico presentes em estudos sobre aquisição da linguagem oral.

Sabe-se que crianças muito pequenas reconhecem morfemas, antes mesmo de operar com o verbo como uma categoria. Lemos (1986) ilustra esse reconhecimento com os dados de uma criança de 2,5 anos. A criança diz: *Cuca, queimei o dedei*, mostrando para o adulto o dedo indicador coberto de pomada (p.15). Além desse, há outros exemplos em que a criança estende a flexão de um verbo para um nome. Segundo Lemos, “a procura (e a descoberta) dessas regularidades de tipo morfológico é parte importante do processo de construção do verbo enquanto categoria” (p.16).

As pesquisas sobre o reconhecimento de morfemas evidenciam que a construção de regras morfológicas pela criança depende da descoberta de um conjunto de palavras que possam se submeter a uma análise morfológica comum, o que, por sua vez, exige o reconhecimento de morfemas.

Alguns fatores têm sido considerados como cruciais no reconhecimento de morfemas: a similaridade de significado e a similaridade na forma (ou som). Entre os dois fatores, o primeiro exerce um papel mais importante (Derwing e Baker, 1986).

Clark e Hetch (1982)<sup>1</sup> tratando da aquisição da linguagem oral, após examinarem a evolução no emprego produtivo de regras derivacionais a partir de diferentes sufixos, apontam três princípios reguladores do uso dessas regras: o da transparência semântica, segundo o qual cada nova forma é primeiramente usada com apenas um significado; o da produtividade, em que os padrões mais freqüentes são adquiridos primeiro; e o da convencionalidade, segundo o qual a criança, para transmitir o mesmo significado, tende a abandonar suas formas inovadoras em favor das convencionais.

A partir desses dados de aquisição oral, interessa-nos examinar, na escrita, como se dá o processo de abandono das formas não convencionais pelas convencionais. Em outras palavras, quais as regularidades lingüísticas que estão sendo exploradas pela criança no processo de construção da ortografia.

Levando em conta os princípios apontados por Clark e Hetch, e à semelhança de outras similaridades na aquisição da linguagem oral e da escrita, seria de esperar que as formas lingüísticas semanticamente mais transparentes e as mais freqüentes sejam as primeiramente analisadas e, conseqüentemente, usadas convencionalmente.

Para examinar essa hipótese, elegemos alguns elementos que poderiam ser contrastados:

a) a desinência verbal **-ou**, da 3<sup>a</sup> p. sing. perf. ind. dos verbos em **-ar** (e.g., chegou);

---

<sup>1</sup> CLARK, E. V. & HETCH, B. F. (1982). “*Learning To Coin Agent And Instrument Nouns*”. *Cognition*, 12:1-4. Apud DERWING, B.L. & BAKER, W. “*Assessing Morphological Development*”. In P. Fletcher & M. Garman (Ed.). *Language acquisition*. 2nd.ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1986, pp. 326-338.

b) a desinência verbal -vg+r, do infinitivo impessoal: **-ar, -er, -ir** (e.g., olhar, comer, ouvir).

A escolha desses elementos deveu-se a razões de natureza grafofônica e de natureza morfossintática e semântica.

a) Razões de natureza grafofônica:

A desinência verbal do perfeito (DP), **-ou**, tanto como a desinência de infinitivo (DI), **-ar, -er, -ir**, não mantêm relações simétricas entre a fala e a escrita. Em ambos as desinências, no plano sintagmático, ou seja, na sucessão de letras ou sons, não há recortes paralelos entre o escrito e o oral: o escrito é maior do que o oral. Seriam, segundo a classificação de Gak (1976) grafias compostas. Temos, na escrita duas letras que transcrevem um único elemento fônico: ou [o], ar [a], er [e], ir [i]. Embora essa relação possa ser simétrica em outras variedades do português, na variedade fortalezense, quer seja ou não culta, está presente a assimetria. Dizemos levou [le'vo], falou [fa'lo], levar [le'va], falar [fa'la], ousar [o'za], mover [mo've], ouvir [o'vi]. Assim, temos dois elementos gráficos para um elemento fônico.

A respeito dos casos de anulação do contraste entre ditongo e vogal simples, Mattoso Câmara (1977) cita a do ditongo /ow/ escrito **-ou**, afirmando que “já não se lhe nota diferença com /o/ simples, numa pronúncia espontânea, mesmo tensa.(...) Por isso, não só a rima -nou:ô é normal em nossos poetas”. Lemle (1978:68) também afirma que o ditongo [ow] só deixa de ser reduzido em “registro de fala muito formal” e que esta redução “já avançou tanto, no Rio de Janeiro, que para certo tipo de ditongo (como o [ow]) (...), ela já deixou de ser percebida como marca lingüística de fala não-padrão”. Couto (1985:85) também registra essa redução e a generaliza, declarando que “a tendência do sistema fonológico português é para a inexistência do ditongo /ow/, inclusive em sílabas finais e em monossílabos”. E vai além ao asseverar que “... todas as ocorrências daquilo que representamos graficamente por **ou** são, na realidade viva da língua, /o/” (p.84).

Quanto à representação ortográfica desse ditongo, Alvarenga et al (1987), no relatório do projeto “Da forma sonora da fala à forma gráfica da escrita: uma análise lingüística do processo de alfabetização”, da UFMG, registram 2,4% de erros de redução, em um total de 524 ocorrências e apontam o ditongo [ow] como o mais problemático dentre outros que também merecem preocupação.

No que concerne ao r final, já, em 1922, o cearense Martins de Aguiar, em sua descrição fonética do falar cearense diz que o -r “final, é, como em francês, impronunciado pela plebe: *amá, fazê* (amar, fazer)” (p.38). Lemle (1978) assegura ser a supressão dos /r/ finais “um fenômeno que se verifica numa extensão geográfica ampla, em se tratando de infinitivos verbais e de registro coloquial”. Tratando dos morf fonemas, Pontes (1972) refere-se a /r/ representado por zero no final de palavras. Segundo ela, isto ocorre, de maneira geral, no verbo.

No relatório da UFMG, já citado, os pesquisadores registram 3,8% de cancelamento do /r/ final em um total de 1280 casos e chamam a atenção para o fato

de que, comparados aos /r/'s final de nome, os de final de verbo serem, realmente, mais vulneráveis ao cancelamento. Consideram esse cancelamento na escrita “o problema crítico *em todas as séries* (grifo dos autores)” (p.35).

Além das relações assimétricas sintagmáticas entre letras e sons, as desinências do perfeito e do infinitivo apresentam um outro tipo de assimetria, estabelecida paradigmaticamente: mais de uma grafia concorre para a transcrição de um mesmo som. O som [o] final tônico pode ser representado no português por ou, or (tambor) e ô (vovô). Se considerarmos a realização fonética do ditongo sem redução, verificamos também que o glide fonético tem representações gráficas rivais: [ow] pode ser representado por ou e por ol, em posição final como em “gol” ou não-final como “polvo”. Já o som [a] final tônico pode ser representado por ar ou á (está), o [e] final tônico por er ou é (você), e o som [i] final tônico, por ir ou í (javali). Caso o /r/ final se realize foneticamente, a única representação possível para ela é a letra r.

b) Razões de natureza morfossintática e semântica:

A desinência do perfeito expressa valores de modo, tempo, pessoa e número. No enunciado “a menina chegou sozinha”, a DP **-ou** designa, pela propriedade do modo indicativo, a atitude do enunciador em relação ao fato que enuncia. Essa mesma desinência também expressa uma circunstância de tempo, ou seja, indica o tempo ocupado pela situação como passado em relação ao momento em que se enuncia a situação. Ainda a DP indica morficamente a pessoa da enunciação lingüística, que não é o falante nem o ouvinte, e expressa o número de indivíduos designados no enunciado.

Além desses valores, a DP tem valores semânticos aspectuais, indicando “o espaço temporal ocupado pela situação em seu desenvolvimento, marcando a sua duração, isto é, o tempo gasto pela situação em sua realização” (Travaglia, 1985:51). O pretérito perfeito marca, nos processos, estados, eventos, fatos, fenômenos, o aspecto perfectivo, ou seja, a situação é sempre apresentada como “preenchendo um período de tempo completo” (p.153) Associada a esse valor aspectual, o pretérito perfeito expressa geralmente a idéia de situação acabada. Esse valor está sempre presente em verbos télicos - verbos que indicam situações que necessariamente chegam a um ponto terminal, e.g., “chegar”, “matar”.

Todos esses valores estão praticamente ausentes no infinitivo impessoal, que não expressa o tempo nem o modo; seu valor temporal e modal está na dependência do contexto em que aparece; não tem sujeito e nem se refere a uma pessoa gramatical, sendo uma forma de verbo que tem as propriedades de um nome sem determinante. Por apresentar “o processo verbal em potência”, exprimindo “a idéia da ação”, o infinitivo se aproxima do substantivo (Cunha e Cintra, 1985:471).

Aspectualmente, o infinitivo é neutro, apresentando a situação em si, e não marcando, portanto, qualquer noção aspectual, quer na forma não flexionada, quer na forma flexionada.

A similaridade das relações grafofônicas entre DP e DI e a natureza distinta de suas propriedades morfossintáticas e semânticas justificam tentar verificar como se dá, na escrita, a aquisição dessas desinências.

Levando em conta os princípios, defendidos por Clark e Hetch, a respeito da transparência semântica, da produtividade e da convencionalidade, temos razões para supor ter a DP maior transparência semântica. Quanto à produtividade, impressionantemente julgamos apresentarem uma frequência equivalente, uma vez que o infinitivo está presente em orações reduzidas coordenadas (“Além de fumar, ele bebe”) e subordinadas adverbiais (Se chover, não sairei), substantivas subjetivas, objetivas diretas e indiretas, predicativas, apositivas, completivas nominais, além de também se encontrar em inúmeros casos que não se caracterizam como orações reduzidas. Dentre esses podemos citar o infinitivo como parte de locuções verbais (tinham de trabalhar, vou fazer), como expressão de destinação (ferro de engomar, sala de jantar, ou ainda em orações interrogativas (o que fazer?) (Bechara, 1978). Quanto ao perfeito, o tempo da narrativa, do relato, da expressão de situações acabadas e completas, apresenta uma frequência notável nos intercâmbios comunicativos.

Mesmo na ausência de indicadores quantitativos precisos referentes à frequência de DP e DI, o que de fato nos interessa é o princípio da transparência semântica. Sabemos que na ontogênese das categorias gramaticais, registra-se a precedência das categorias lexicais sobre as não-lexicais, e da perspectiva lógica sobre a formal, seguindo a criança o mesmo percurso feito pelo homem na construção da gramática (Kato, 1988). A saliência das categorias lexicais para a criança em estágio inicial de letramento também se evidencia nos estudos de Ferreiro e Teberosky (1979). Em ambos esses casos temos como unidade a palavra. Seria de esperar que elementos menores que a palavra, como os morfemas com valores semânticos, também tivessem, na aquisição da ortografia, precedência sobre morfemas destituídos desses valores? É isso que nos interessa verificar.

## **METODOLOGIA**

1ª amostra

Sujeitos: 18 alunos de 1ª série e 25, de 2ª série, de uma escola pública, da periferia de Fortaleza, que atende à classe sócio-econômica baixa. A média de idade das crianças foi de 8,4, na 1ª e 10,2 na 2ª série.

Corpus: A história do Chapeuzinho Vermelho, escrita pelas crianças, em sala de aula. O propósito apresentado para a tarefa de redigir foi o de “ver como crianças de diferentes escolas escrevem a história do Chapeuzinho Vermelho”<sup>2</sup>. Durante a sua redação não foram respondidas perguntas sobre ortografia de palavras. Essa história é

---

<sup>2</sup> Agradecemos à amiga Profª Iúta Lerche Vieira Rocha, que tão gentilmente cedeu-nos parte do corpus de sua tese de Doutorado.

particularmente favorável ao estudo das desinências verbais por conter, além dos verbos no perfeito, por excelência o tempo da história (Todorov, 1966), e.g., pensou, olhou, chegou, entrou, deitou, encontrou), uma alta incidência de infinitivos, no episódio do diálogo entre Chapeuzinho e o lobo (e.g., É para te ouvir/escutar, enxergar/olhar/ver, agarrar/pegar, devorar/comer).

2ª Amostra.

Sujeitos: 125 crianças (39 de 1ª; 32 de 2ª; 54 de 3ª série), de uma escola pública de Curitiba, que atende à classe sócio-econômica baixa.

Corpus: Os textos da história de Chapeuzinho Vermelho, que fazem parte da Base Internacional de Escritas Infantís<sup>3</sup>, produzidos pelas crianças curitibanas em condições semelhantes àquelas descritas no corpus da amostra 1.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as fortalezenses, todas as de 1ª série apresentaram em seus textos ocorrências de verbos no perfeito e no infinitivo, exceto uma que só escreveu os do infinitivo. Dentre as de 2ª série, uma só apresentou as de perfeito, e duas, só as de infinitivo. Isso se deveu sobretudo ao fato de não terem produzido o texto completo. Como pretendemos verificar a média de acertos na representação ortográfica consideraremos as respostas de todas as crianças.

Quadro 1. Porcentagens de acerto na representação gráfica das desinência de perfeito e de infinitivo, por série. (Crianças fortalezenses)

	DP		DI		DF
	-ou		-ar/-er/ir		
	n	%	n	%	
1ª	57	68	59	15	53*
2ª	97	86	121	55	31*
Total	154	79	180	42	

\* Diferença significante a nível de .0001 ( $z > 3,70$ )

Na 1ª série, o número de ocorrências do perfeito (n=57) foi bem próximo do número de ocorrências das formas do infinitivo (n=59). No entanto, a forma convencional da DP foi 4,5 vezes maior do que a da DI, ao se considerar o acerto médio das três conjugações (DP= 68%; DI= 15%). Na 2ª série, as crianças escreveram 97 formas do perfeito e 121 do infinitivo. A diferença de acerto ortográfico nas desinências, embora seja bem inferior à da 1ª série, ainda é significante.

<sup>3</sup> Esta base, computadorizada, incorpora textos de Chapeuzinho Vermelho, escritos por crianças mexicanas, italianas e brasileiras, das classes média e baixa, de 1ª à 4ª série.

Entre séries, a evolução na aquisição dessas formas gráficas é evidente. Tanto as crianças progredem na forma convencional da DP quanto na da DI. Na verdade, a evolução na forma da última parece ser mais forte: as crianças da 2ª acertaram quase 4 vezes mais do que as da 1ª.

Quadro 2. Porcentagens de acerto na representação gráfica das desinências de perfeito e de infinitivo, por série. (Crianças curitibanas)

	DP		DI		DF
	-ou		-ar/-er/ir		
	n	%	n	%	
1ª	184	83	81	60	23*
2ª	142	92	102	76	16*
3ª	301	93	274	81	12*
Total	627	89	456	77	

\* Diferença significante a nível de .0001 ( $z > 3,70$ )

O quadro acima confirma os resultados obtidos com as crianças cearenses. Embora, no geral, as paranaenses apresentem desempenho superior na representação ortográfica de ambas as desinências, os acertos na DP são significativamente mais altos do que os na DI, nas três séries.

O dialeto curitibano é bastante distinto do fortalezense, sobretudo no que diz respeito à realização fonética daquilo que na escrita é representado por **r** em final de sílaba ou palavra. Apesar de não termos dados científicos que nos orientem sobre esse fenômeno, relata-me o Prof. Geraldo Mattos, paranaense, que a perda do /r/ na classe baixa é mais alta do que na classe média, e mais alta em contextos informais do que em formais. Levando em consideração esse depoimento e com base em nosso conhecimento empírico de falante fortalezense, podemos supor que a perda do /r/ final, que se dá de modo praticamente sistemático no dialeto fortalezense, não se verifica nas mesmas proporções no dialeto curitibano. A despeito de haver ou não diferenças sistemáticas no que se relaciona à perda do /r/ final, as crianças fortalezenses de 2ª apresentam, na representação gráfica do infinitivo, porcentagem de acerto equivalente à das curitibanas de 1ª (55% e 60%, respectivamente). O mesmo se verifica em relação à representação gráfica do ditongo (86% e 83%, respectivamente), cuja realização fonética, informa-me o colega citado, ser idêntica à do dialeto fortalezense.

O fato de a desinência verbal **-ou** ser representada convencionalmente na escrita significativamente mais do que as desinências verbais de infinitivo permite crer na interferência do fator “transparência semântica” na construção da escrita ortográfica. Ao reformular a sua teoria alfabética de que cada letra corresponde a um som, a criança passaria a se valer de outros critérios, dentre os quais as regularidades ligadas à morfologia da palavra. E dentre os critérios morfológicos despontariam como mais confiáveis aqueles de maior carga semântica. Assim, descobrir que a desinência **-ou**, que forma o passado dos verbos da 1ª conjugação, é escrita com **ou** permitiria acertar automaticamente a escrita da palavra, ao se reconhecer a desinência.

A nossa interpretação dos dados é a de que em vez de se guiar por critérios grafofônicos, o que resultaria numa equivalência de acertos entre DP e DI, já que ambas as desinências apresentam relações assimétricas da letra para o som e do som para a letra, ou por critérios puramente morfológicos, o que tampouco provocaria diferenças, uma vez que ambas as desinências apresentam regularidade morfológica, a criança se orienta por critérios prevalentemente semânticos.

Supondo que a perda do /r/ não se dê na mesma extensão que a redução do ditongo /ow/, esperaríamos que as crianças paranaenses representassem o -r de infinitivo significativamente mais do que a semivogal /w/. O fato de os dados mostrarem que isto não se verifica traz implicações sobre a compreensão do processo de aquisição da ortografia. Em poucas palavras é como se a fala não guiasse a escrita. Outros conhecimentos, e.g., regularidades morfológicas, sintáticas, semânticas, perceptibilidade da identidade morfêmica em função de sua saliência semântica, em função de sua produtividade e a conseqüente estabilidade de certos elementos com uma mesma função gramatical, além da imagem visual da palavra estocada na memória parecem ter preponderância sobre a representação fonético-fonológica nas decisões ortográficas.

É curioso notar que várias crianças dispensam sistematicamente o -r do infinitivo, mas escrevem regularmente a desinência do perfeito. Alessandra, 8<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> série, escreve: *chamou, deicha, entra, ve, ouvi*; Leandro, 9<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> série, escreve: *fisita* (visitar), *axeca* (enxergar), *fera* (cheirar), *come*, mas grafa corretamente a desinência verbal do perfeito em *xecou, ficou*. Essa criança chama a nossa atenção pelo fato de mesmo não utilizando os valores convencionais das letras para todas as palavras, já empregar convencionalmente a DP.

Em situação semelhante estão várias outras crianças. Para melhor sistematizarmos os dados, em relação à nossa hipótese de que a representação gráfica da desinência do perfeito é adquirida antes da do infinitivo, agruparemos os diferentes desempenhos em relação a essas representações. Incluem-se, nesse levantamento, 96 crianças de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries que usaram o verbo no perfeito e no infinitivo: 38 cearenses (17, de 1<sup>a</sup>; 21, de 2<sup>a</sup>); 58 paranaenses (29 de 1<sup>a</sup> e 29 de 2<sup>a</sup>).

## 1. Grupos que confirmam a hipótese:

### grupo 1.1 (+)

#### Uma DP convencional e 0 DI

1<sup>a</sup> série: 04      2<sup>a</sup> série: 03      N=7

Alexandre (1<sup>a</sup>; 8a)

decha

emtega

didistrocou

### grupo 1.2 (+)

#### Duas ou mais DP convencionais e 0 DR

1<sup>a</sup> série: 08      2<sup>a</sup> série: 03      N=11

Gislene (1<sup>a</sup>; 9a)

mado  
decha  
chego  
encotro  
faze  
comcodor  
gegou  
entra  
entrou  
falu

**grupo 1.3 (+)**

Duas ou mais DP e uma DI

1ª série: 02      2ª série: 01      N=3

Miraldo (2ª; 8.10a)

falou  
andou  
andou  
chegou  
chegou  
pergunto  
pergunto  
ir  
isquta  
ve  
come

**grupo 1.4 (+)**

Ocorrência sistemática da DP e 0 DI

1ª série: 06      2ª série: 02      N=8

Ana (1ª; 8a)

vizita  
da  
sicotrou  
xegou  
chegou  
ovi  
agara  
coome  
aracou  
terminou

**grupo 1.5 (+)**

Ocorrência sistemática da DP e uma DI

1ª série: 10    2ª série: 06    N=16

Maria (1ª; 8a)

mandou

tarzer

pegou

pega

qome

qome

pegou

mam tergou (mastigou)

**grupo 1.6 (+)**

Ocorrência sistemática da DP e duas ou mais DI

1ª série: 04    2ª série: 12    N=16

Ronimar (2ª; 9a)

deixar

i

chegou

chegou

encherga

cheira

comer

chegou

matou

tirou

**2. Grupos que invalidam a hipótese**

**grupo 2.1 (-)**

Duas ou mais DI convencionais e uma DP

1ª série: 00    2ª série: 01    N=1

Leonardo (2ª; 7.11a)

matou

escutu

ir

itregar

pegar

ir

comer

**grupo 2.2 (-)**

Ocorrência sistemática de DI e uma DP

1ª série: 00    2ª série: 01    N=1

Kelly (2<sup>a</sup>; 8.10a)

controu

levar

ir

pegar

levar

### **grupo 2.3 (-)**

Ocorrência sistemática da DI e duas ou mais DP

1<sup>a</sup> série: 00      2<sup>a</sup> série: 02      N=2

Camile (2<sup>a</sup>; 8.05a)

madou

chegou

falou

encontru

chego

levar

comer

## **3. Grupos nulos em relação à hipótese**

### **grupo 3.1 (=)**

Representação não-convencional quer da DP quer da DI

1<sup>a</sup> série: 03      2<sup>a</sup> série: 00      N=3

### **grupo 3.2 (=)**

Uma DP convencional e uma DI

1<sup>a</sup> série: 01      2<sup>a</sup> série: 02      N=3

### **grupo 3.3 (=)**

Duas ou mais DP convencionais e duas ou mais DI

1<sup>a</sup> série: 03      2<sup>a</sup> série: 06      N=9

### **grupo 3.4 (=)**

Ocorrência sistemática da DP e ocorrência sistemática da DI

1<sup>a</sup> série: 04      2<sup>a</sup> série: 12      N=16

Quadro 3. Número de crianças por série e grupo

Grupos	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	N
(+) 1.1	04	03	07
(+) 1.2	08	03	11
(+) 1.3	02	01	03
(+) 1.4	06	02	08
(+) 1.5	10	06	16
(+) 1.6	04	012	16
Subtot	34	27	61
(-) 2.1	00	01	01
(-) 2.2	00	01	01
(-) 2.3	00	02	02
Subtot	00	04	04
(=) 3.1	03	00	03
(=) 3.2	01	02	03
(=) 3.3	03	06	09
(=) 3.4	04	012	16
Subtot	11	20	31
		Total	96

(+) Confirmam a hipótese

(-) Invalidam a hipótese

(=) Nulos em relação à hipótese

Dentre os grupos que confirmam ou rejeitam a hipótese, os que envolvem um maior número de crianças são 1.6 (ocorrência sistemática da DP e duas ou mais DI) e 1.5 (ocorrência sistemática da DP e uma DI), com 17% das crianças cada um; 1.2 (duas ou mais DP e O DI), com 11% dos sujeitos, e 1.4 (ocorrência sistemática da DP e O DI, grupo que mais fortemente confirma a hipótese), com 8% das crianças.

Considerando apenas as crianças que ainda não apresentam grafias sistemáticas de ambas as desinências (n=16), mas já escrevem regularmente uma delas, temos em relação à DP: 48% dos alunos de 1<sup>a</sup> e 53% dos de 2<sup>a</sup>; em relação à DI, situam-se 10% dos alunos de 2<sup>a</sup> e 0% dos de 1<sup>a</sup>. Este dado também demonstra uma evolução na construção dessas grafias: adquire-se em primeiro lugar a desinência de perfeito.

Um outro dado que achamos merecedor de atenção é o baixo percentual de acertos em apenas uma desinência quer de perfeito quer de infinitivo dentre várias escritas. Na 1<sup>a</sup> série 37% das crianças escrevem convencionalmente uma vez uma dessas desinências; mas 63% o fazem duas ou mais vezes ou sistematicamente. Essa relação na 2<sup>a</sup> série é de 28% contra 72%. Esses dados nos levam a supor que a tanto a DP como a DI estão sujeitas ao mesmo processo de aquisição, embora em momentos diversos. Ambas quando começam a aparecer ocorrem junto a diferentes radicais. Nossa suposição é a de que na aquisição de elementos morfológicos, a criança parece começar com um amálgama não analisado, a partir do qual acumula suficiente material lexical bruto que serve de base a um processo gradual de extração

de regras. Extraídas essas regras, estende-as às demais palavras da língua a que elas se aplicam.

Parece-nos que a análise que fazem da DP como um mesmo elemento presente em vários lexemas as levaria a representar convencionalmente o morfema ao utilizarem formas verbais do perfeito ou do infinitivo. Quando começam a usar a DP ou a DI usam-na produtivamente com radicais diversos, o que não impede a ocorrência simultânea de formas não-convencionais, o que revela o trabalho de manipulação dos dados em relação a uma sistematização.

Verificando-se ser a DP adquirida antes da DI, resta-nos tentar examinar se isto se deveria de fato à motivação morfo-semântica ou simplesmente a uma motivação morfológica.

Se o maior acerto na DP for devido a uma motivação morfosemântica esperar-se-á que o **-ou** das formas verbais apresente maior número de acertos do que a representação gráfica do ditongo **-ou** em outros ambientes, ou seja em radicais. Por outro lado, esperar-se-á que os acertos na DI sejam equivalentes aos de radicais terminados em **-r**, uma vez que o infinitivo se aproxima do substantivo.

Em relação ao ditongo, no texto do Chapeuzinho, registraram-se as formas “ouv-” (ouvir, ouvido), “troux-” (trazer), roup- (roupa, guarda-roupa), “touc-” (touca), “outr-” (outro, outra), que foram usadas num total de 73 vezes pelas crianças das 3<sup>a</sup> séries, de Curitiba. Quanto à representação gráfica do **-r** final, foi comparada ao **-r** de “melhor”. (Ver Quadros 4 e 5.)

Quadro 4. Porcentagens de acerto de **-ou** em DP e radical, por série (crianças paranaenses)

	DP		radical		Df
	n	%	n	%	
1 <sup>a</sup>	184	83	16	31	52*
2 <sup>a</sup>	142	91	16	81	10*
3 <sup>a</sup>	301	93	41	73	20*
Total	627	89	73	66	23*

\* Resultados significantes a nível de 0,0001.

A diferença, considerando-se a média de acerto das 3 turmas, é significativa entre ditongos em desinências verbais e ditongos em radicais: 0,89 e 0,66 de acerto, respectivamente ( $z=4,54 > 1,96$ ). Ao nível de cada turma essa diferença só não é significativa na 2<sup>a</sup> série. Mas esse fato tem uma explicação. Duas crianças na 2<sup>a</sup> série foram responsáveis por quase a metade dos acertos (46%). Eliminando-se do total essas duas crianças, a diferença de acertos entre desinências e radicais passa a ser significativa (2<sup>a</sup>: 0,91 e 0,70 ( $z= 2,15 > 1,96$ )).

Esses resultados se confirmam em outros textos produzidos pelas cearenses da mesma escola da amostra 1, e das mesmas séries, um ano antes. Tratava-se do

texto de uma cantiga de roda, Ciranda, Cirandinha<sup>4</sup>, em que era freqüente o uso das palavras pouco e acabou. Dentre um total de 18 crianças da 1ª série, 9 (50%) escreveram poco e acabou; as demais omitiram o u em ambas as formas ou escreveram-nas convencionalmente. Dentre 35 sujeitos de 2ª série, 10 escreveram poco e acabou, 3 escreveram poco e acabol ou acabor (assinando a presença de uma letra que rivaliza com o u); as demais escreveram convencionalmente as duas formas, ou desprezaram o u também nas duas. Apenas uma criança escreveu pouco e acabo.

Uma vez que não dispomos de informações científicas sobre a realização fonética da palavra “melhor” no dialeto curitibano, e não podemos desprezar de todo a interferência da fala, utilizamos para a comparação dos acertos da DI e radical, a amostra cearense. Essa restringe-se às 2ª e 3ª séries, já que as crianças de 1ª série praticamente não escreveram essa palavra.

Quadro 5. Porcentagens de acerto de *vg+r* em DI e radical, por série (crianças cearenses)

	DP		radical		Df
	n	%	n	%	
2ª	121	55	29	55	00
3ª	116	53	32	59	-06

Pelos dados amostrais, a representação gráfica da letra *-r* em desinência de infinitivo e em radicais não difere em freqüência. Isso parece mostrar que o r final de radical e o r final de infinitivo não são percebidos, em um certo momento da evolução, como de natureza distinta.

Comparando os dados dos Quadro 4 e 5, parece pertinente a interpretação de que a natureza semântica da DP interfere na aquisição da forma ortográfica convencional. Mas seria de fato o valor semântico da DP o fator responsável por essa aquisição?

Não podemos desprezar o fato de o ditongo gráfico final *-ou* ser marca de verbo (com essa terminação só existem dicionarizados dois substantivos - “grou” e “Moscou”) enquanto a terminação gráfica *vg+r* não o é, coexistindo em nomes e verbos: mar, prazer, faquir.

Outra possível interpretação seria a de que a criança através dos encontros freqüentes com formas verbais da 1ª pessoa do singular do presente dos verbos irregulares ser, estar, ir, dar, em que o *-ou* é alomorfe de *-o* (desinência número-pessoal dos verbos regulares (Monteiro,1986), e da 3ª p.sing. do perfeito dos verbos da 1ª conjugação, analisa seus constituintes mórficos e constrói a representação gráfica do *-ou*. Essa desinência poderia nesse momento inicial nem ser ainda conceptualizada como marca de tempo, de pessoa ou de gênero, mas como uma marca de verbo, uma vez que a ocorrência do ditongo *-ou* em posição final na língua praticamente só ocorre em verbos. Os acertos na desinência do presente, em qualquer

<sup>4</sup> Esse corpus foi foco de análise de uma tese de Doutorado, de Moreira, N. da C.R. *O nome próprio na aquisição da escrita - a construção da nasal pré-consonantal*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1

das 3 séries, foram equivalentes aos da DP (91% na desinência do presente e 89% na do perfeito, porcentagem média das 3 séries). Recortada a representação gráfica -ou como marca de verbo, ao se deparar com verbos terminados em [o], a criança representaria o ditongo gráfico de modo convencional, quer no presente, quer no perfeito, mesmo que não tenha ainda familiaridade com a imagem gráfica do radical que lhes serve de base. De que outro modo explicaríamos a presença de grafias como *mam terqou* (mastigou), *aracou* (arrancou), *com colou* (concordou), *xecou* (chegou)? Embora as imagens gráficas dessas palavras não pareçam ter sido ainda acessadas pelas crianças, a representação gráfica da desinência verbal é correta.

A fim de que a distinção verbo X não-verbo se estabelecesse seria necessário o conhecimento de que não há praticamente, na língua portuguesa, substantivos terminados em -ou. Será que a criança teria esse conhecimento? Cremos que não. Seu conhecimento lexical é sobretudo oral, e na fala não se distinguem formas terminadas em ô, or, ou, todas correspondem a [o]: avô, motor, calor, odor. Não sendo pertinente essa distinção com base na coexistência ou não de formas nominais e verbais com terminação idêntica, o fator regulador da diferença de acertos entre DP e DI mais plausível seria o semântico. Este fator, consubstanciado nos valores de modo, tempo, número, pessoa, além dos aspectuais, diferenciaria a DP da DI, permitindo à primeira maior perceptibilidade de sua identidade morfêmica, o que por sua vez determinaria a sua estabilidade gráfica. Quando, porém, a informação semântica da desinência é precária, caso da DI, e além disso a sua representação gráfica rivaliza com a da terminação de nomes, a análise morfológica seria dificultada e a aquisição de sua representação gráfica convencional mais problemática.

Os dados parecem mostrar que no desenvolvimento morfológico a criança chega a generalizações que relacionam formas fonológicas particulares e significados particulares. O significado particular de verbos no passado, expresso pela DP talvez permita uma dessas generalizações. Os acertos na DP significativamente superiores aos encontrados na DI apontam diferenças inequívocas no processo de aquisição dessas desinências. E uma vez que ambas apresentam assimetrias no plano das relações grafofônicas é razoável supor que aquilo que garante o uso de formas convencionais da DP é a possibilidade dessa forma ancorar-se em um sentido.

## CONCLUSÕES

Primeiramente, ao compreender que as letras representam os sons, a criança passa a se reger pela representação sonora da palavra. Mas isso não significa deixar de lado outros conhecimentos, entre eles o de que escrita não é fala. Dentre os aspectos passíveis de consideração, na construção desses conhecimentos, em se tratando de representação gráfica, podemos citar a funcionalidade, sobretudo semântica, dos diversos elementos. Em trabalho anterior constatamos a interferência do significado na aquisição de um outro elemento: a nasal pré-consonantal com função distintiva em pares mínimos é concebida como indispensável bem antes que a nasal em palavra a que não se opõe par mínimo (Moreira, 1991). Assim um mesmo

fone pode ser representado de uma ou outra forma em função do ambiente em que se encontra. Se em certo ambiente ele tem uma funcionalidade semântica, essa funcionalidade deve ser marcada.

Paralelamente a isso, há um conhecimento gramatical, que também regula a representação gráfica e, por vezes, se sobrepõe às representações sonoras da palavra. Isto é o que parece ocorrer com o ditongo -ou: o -ou final serve para distinguir verbos das demais classes de palavras. Esse conhecimento gramatical pode ser construído a partir da apreensão de elementos mórficos através do valor semântico desses elementos. A desinência de perfeito tem inegavelmente maior valor semântico do que a de infinitivo.

Enquanto o -ou de desinência apresenta maior frequência de acerto do que o de radical, o -r de infinitivo não se difere do de radical. Entre os verbos das três conjugações, a representação gráfica do r permanece a mesma, não importando a vogal temática que a antecede. Embora esses r não correspondam a uma realização na fala, nas formas em que foram empregados, isto é, infinitivo impessoal e radical no singular, podem-se tornar perceptíveis nas flexões dessas formas. O r de *melhor se* evidencia em *melhores, melhora, melhorar*; os dos infinitivos se evidenciam na forma flexionada dessa forma nominal, ou seja, no infinitivo pessoal, e.g., falares, falarmos, falarem, comeres, comermos, comerem, ouvires, ouvirmos, ouvirem.

Porém, o mesmo não ocorre com a desinência verbal -ou. Este -u, que também não corresponde a uma realização fônica, não se torna perceptível em nenhum momento: falei, falaste, falou, falamos, falaram. No entanto, as crianças o representam graficamente significativamente mais do que o r final. Isto não só se dá entre crianças de 1ª série como também entre as de 2ª e as de 3ª, falantes de dialetos distintos - fortalezense e curitibano.

Quando confrontamos elementos de uma mesma natureza grafofonológica (ou de radical e de desinência), i. e. , duas letras na escrita correspondendo a uma realização fônica, mas com diferentes valores semânticos, verificamos que não são apenas as relações entre letras e sons aquilo que importa no desenvolvimento ortográfico, mas sim outros valores que estão por trás dessas relações.

A nossa suposição de que, nas considerações sobre a grafia de palavras, a informação fonológica concorra com as informações semânticas, sintáticas, morfológicas, visuais, e frequentemente seja preterida por essas últimas encontra uma outra evidência no corpus deste estudo - a hipersegmentação do sufixo **-zinho**. Por que a criança hipersegmenta esse elemento? Parece razoável acreditar que com base no conhecimento de que **-zinho** significa pequeno, a criança que ainda não dispõe de um repertório visual de palavras constituídas por esse sufixo, opte pela sua hipersegmentação. Na 1ª série, um terço (13) de 39 crianças hipersegmentaram-nos nas palavras “chapeuzinho”, “vovozinha” e até em “caçadorzinho”, o que correspondeu a 64% das 73 ocorrências dessas palavras. Essa porcentagem decresce para apenas 13% na 2ª série. Esses dados parecem apontar para o fato de que a conceitualização do sufixo **-zinho(a)** como constituinte da palavra e não como forma independente decorre do maior contato com palavras escritas com esse sufixo. Em outros termos, em um primeiro momento, o valor semântico da unidade mórfica tem,

para um terço das crianças dessa amostra, maior saliência do que a representação sonora. Não é pelo fato de se dizer uma só unidade léxica, “chapeuzinho”, que se tem de escrever uma só unidade gráfica. Talvez esse recorte semântico vá favorecer a apreensão morfológica do sufixo, o que por sua vez impulsiona a aquisição da sua forma ortográfica.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALVARENGA, D. et.al. Da forma sonora da fala à forma gráfica da escrita: uma análise lingüística do processo de alfabetização. UFMG, (Relatório de Pesquisa). 1987.
- AGUIAR, Martins de. **Repasso Crítico da Gramática Portuguesa**. Fortaleza, 1922:38.
- BECHARA, E. **Lições de português pela análise sintática**. Rio de Janeiro, Grifo. 1978.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1985.
- CÂMARA Jr., Mattoso J. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro, Padrão. 1977:98.
- COUTO, H.H. do. *Algumas tendências fonológicas do português*. XI anais de seminário do GEL. UNESP. 1985:85.
- DERWING, B.L. & BAKER, W. *Assessing Morphological Development*. In P. Fletcher & M. Garman (Ed.). **Language acquisition**. 2nd. ed., Cambridge, Cambridge University Press. 1986:326-338.
- GAK, V.G. *L'orthographe du français - essai de description théorique et pratique*. Paris, SELAF. 1976.
- KATO, M.A. *A conceitualização gramatical na história, na aquisição e na escola*. **Trabalhos em Lingüística Aplicada** (12) 1988:13-22.
- LEMLE, M. *Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa*. **Tempo Brasileiro - Lingüística e Ensino do Vernáculo**. Rio de Janeiro, 53-53:60-94, 1978.
- LEMONS, C. de. *Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original*. In J.M. Meisel (Ed.). **Adquisición de lenguaje = Aquisição da linguagem**. Frankfurt, Vervuert, 1986:11-22.
- MOREIRA, N. da C.R. **O nome próprio na aquisição da escrita - a construção da nasal pré-consonantal**. Tese de Doutorado, PUCSP, 1991.
- MORTON, J. *The logogen model and orthographic structures*. In FRITH, U. (Ed.). **Cognitive processes in spelling**. London, Academic Press. 1980:117-134.
- MONTEIRO, J.L. **Morfologia portuguesa**. Fortaleza, EUFC. 1986.
- PONTES, E. **Estrutura do verbo no português coloquial**. Petrópolis, Vozes, 1972.
- TODOROV, T. *Les catégories du récit littéraire*. **Communications**, 8. 1966:125-151.
- TRAVAGLIA, L.C. **O aspecto verbal no português**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia. 1985.